

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

**Demonstrações financeiras
e relatório dos auditores independentes
em 31 de dezembro de 2011**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

2



Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

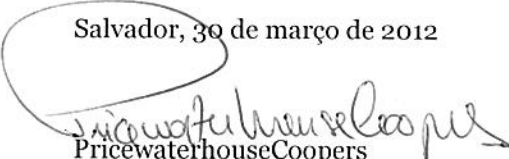
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 30 de março de 2012


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA


Fábio Cajazeira Mendes
Contador CRC 1SP196825/O-o "S" BA

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2011	2010	Passivo e patrimônio líquido	2011	2010
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	47.151	20.543	Fornecedores (Nota 14)	11.321	16.597
Títulos e valores mobiliários		73	Partes relacionadas (Nota 25)		2.566
Contas a receber (Nota 9)	8.320	3.653	Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	229.099	140.209
Adiantamentos	117	216	Salários e encargos sociais	2.132	1.176
Tributos a recuperar (Nota 11)	13	1.274	Tributos a recolher (Nota 17)	2.697	3.405
Despesas antecipadas (Nota 10)	3.414	3.686	Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.117	85
Outros ativos	55	177	Verba de fiscalização (Nota 19)	353	334
	59.070	29.622	Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia (Nota 16)	307.708	
Não circulante			Outros passivos	1.614	1.176
Realizável a longo prazo			Dividendos propostos (Nota 28)	2.853	
Depósitos judiciais	393	314			
Tributos diferidos (Nota 18)	3.382	917	Não circulante		
Outros créditos e valores (Nota 8)	2.765		Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	25.188	
			Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia (Nota 16)	278.697	55
Imobilizado (Nota 13)	6.540	1.231			
Intangível (Nota 12)	3.450	2.791			
	904.878	232.336		303.885	55
			Patrimônio líquido		
	914.868	236.358	Capital social (Nota 20)	102.000	102.000
			Reservas de lucros (Nota 20)	9.159	(1.623)
			Prejuízos acumulados (Nota 21)		
Total do ativo	973.938	265.980	Total do passivo e do patrimônio líquido	111.159	100.377
				973.938	265.980

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas operacionais		
Receita líquida de bens e serviços (Nota 22)	264.793	217.953
Custo dos bens e serviços vendidos (Nota 23)	<u>(190.843)</u>	<u>(203.691)</u>
Lucro bruto	73.950	14.262
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	(17.371)	(8.755)
Honorários dos administradores (Nota 25)	<u>(129)</u>	<u>(131)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>56.450</u>	<u>5.376</u>
Despesas financeiras (Nota 26)	(42.767)	(6.179)
Receitas financeiras (Nota 26)	<u>7.393</u>	<u>4.115</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	21.076	3.312
Imposto de renda e contribuição social - correntes (Nota 18)	(9.906)	(85)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Nota 18)	<u>2.465</u>	<u>917</u>
Lucro líquido do exercício	<u><u>13.635</u></u>	<u><u>4.144</u></u>
Lucro básico e diluído atribuível aos acionistas da Companhia por lote de mil ações do capital social (Nota 27) - R\$	<u>0,13</u>	<u>0,06</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício	<u>13.635</u>	<u>4.144</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>13.635</u>	<u>4.144</u>
Atribuível		
Acionistas da Companhia	<u>13.635</u>	<u>4.144</u>

O item da demonstração de resultado abrangente é apresentado líquido dos impostos.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da Companhia				Total
	Capital social integralizado	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 1º de janeiro de 2010	52.000			(5.767)	46.233
Integralização de capital (Nota 20)	50.000				50.000
Lucro líquido do exercício				4.144	4.144
Em 31 de dezembro de 2010	102.000			(1.623)	100.377
Lucro líquido do exercício				13.635	13.635
Destinação do lucro líquido do exercício				(2.853)	(2.853)
Dividendos (Nota 20)		601		(9.159)	
Reservas de lucro (Nota 20)			8.558		
Em 31 de dezembro de 2011	102.000	601	8.558		111.159

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	21.076	3.312
Ajustes		
Depreciação e amortização	11.896	672
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	32.340	6.072
AVP da provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia	14.581	
Margem de lucro de construção	(6.283)	
	73.610	10.056
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(4.667)	(3.653)
Tributos a recuperar	1.261	(872)
Títulos e valores mobiliários	73	(8)
Despesas antecipadas	272	(2.282)
Adiantamentos de pessoal e a fornecedores	99	1.612
Outros créditos e valores	(2.765)	
Outros ativos	122	(171)
Depósitos judiciais	(79)	(314)
Fornecedores e partes relacionadas	(7.842)	18.764
Salários e encargos	956	1.078
Tributos a recolher	(2.142)	3.395
Verbas de fiscalização	19	68
Outros passivos	438	1.010
Provisão para gastos com recuperação da rodovia		55
		55
Caixa gerado pelas operações	59.355	28.738
Juros pagos	(15.494)	(5.863)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.442)	
	(7.442)	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>36.419</u>	<u>22.875</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(1.216)	(2.597)
Aquisições de bens do ativo intangível	(105.828)	(228.152)
	(107.044)	(230.749)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(107.044)</u>	<u>(230.749)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital		50.000
Obtenção de empréstimos e financiamentos	236.575	140.000
Obtenção de outras dívidas de curto prazo		13.088
Valor recebido pela emissão de debêntures		102.000
Pagamento de empréstimos	(139.342)	(115.088)
	97.233	190.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>97.233</u>	<u>190.000</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	26.608	(17.874)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>20.543</u>	<u>38.417</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>47.151</u></u>	<u><u>20.543</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas		
Receitas dos serviços de construção	111.000	209.654
Receitas de pedágio e acessórias	<u>168.365</u>	<u>9.075</u>
	<u>279.365</u>	<u>218.729</u>
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Insumos consumidos	(11.240)	(3.714)
Material e serviços de terceiros	(4.110)	(6.812)
Custos do serviço de construção	(104.717)	(198.211)
Custo da concessão	<u>(51.566)</u>	<u></u>
	<u>(171.633)</u>	<u>(208.737)</u>
(=) Valor adicionado bruto	107.732	9.992
(-) Depreciação e amortização	<u>(11.923)</u>	<u>(672)</u>
(+) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>95.809</u>	<u>9.320</u>
(+) Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>7.393</u>	<u>4.115</u>
(=) Valor adicionado a distribuir	<u>103.202</u>	<u>13.435</u>
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	21.067	1.896
Remunerações	12.352	1.147
Encargos sociais (exceto INSS)	4.122	465
Auxílio alimentação	1.786	122
Convenio assistencial e outros benefícios	2.807	162
Governo	25.733	1.216
INSS (sobre folha de pagamento)	3.514	
Federais	13.792	686
Municipais	8.427	530
Financiadores	56.402	10.323
Juros e variações cambiais	42.767	6.179
Lucro líquido do exercício	<u>13.635</u>	<u>4.144</u>
Valor adicionado total distribuído	<u>103.202</u>	<u>13.435</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A (“ViaBahia” ou “Companhia”) foi constituída em 11 de maio de 2009 e encontra-se em operação, ao mesmo tempo em que realiza os trabalhos de recuperação, que compreendem as intervenções estruturais nos pavimentos e melhorias funcionais e operacionais nos demais elementos do Sistema Rodoviário. Estes trabalhos de recuperação iniciaram após a conclusão dos trabalhos iniciais (pré-operacional) e se estenderão até o final do 5º (quinto) ano do prazo de concessão. A assunção do Sistema Rodoviário se deu em 20 de outubro de 2009, mediante o Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (“DNIT”) cedeu no regime de concessão o Sistema Rodoviário e os bens da concessão à Companhia.

A Companhia tem como objetivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário, pelo prazo de 25 anos, sendo remunerada mediante cobrança de Tarifa de Pedágio e outras fontes de receitas de acordo com os termos definidos no Contrato de Concessão.

O acionista controlador da Companhia é a Isolux Corsan Concesiones S.A (“Isolux”), empresa do grupo espanhol Isolux Corsán.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Salvador – Bahia e em processo de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

O Sistema Rodoviário objeto do Edital n.º 001/2008, é composto pelas rodovias federais e estaduais, as quais totalizam 681 km de extensão:

- BR-116/BA Feira de Santana – Divisa BA/MG
- BR-324/BA Salvador – Feira de Santana
- BA-526 Entrada BR-324 – Entrada BA-528
- BA-528 Entrada BA-526 – Acesso Base Naval de Aratu

1.1 Compromissos

Dentre os compromissos assumidos pela Companhia, de acordo com o referido edital destacam-se dentre outras:

- (a) Construção de 07 praças de pedágio:
 - . Praça 1 - Simões Filho, km 597 e 728 da BR-324
 - . Praça 2 - Amélia Rodrigues, km 551 e 094 da BR-324
 - . Praça 3 - Rafael Jambeiro, km 482 e 138 da BR-116
 - . Praça 4 - Brejões, km 566 e 405 BR-116
 - . Praça 5 - Jequié, km 698 e 410 da BR-116
 - . Praça 6 - Planalto, km 773 e 819 da BR-116
 - . Praça 7 - Vitória da Conquista, km 873 e 499 da BR-116
- (b) Implantação de centro de controle operacional e 15 bases operacionais;
- (c) Implantação do sistema de pesagem (postos fixos e móveis); e

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (d) Recuperação da rodovia, compreendendo a execução dos serviços de: (i) terraplanagem; (ii) reconstrução e recapeamento das pistas existentes; (iii) ampliação das drenagens; (iv) sinalização vertical e horizontal; (v) implantação de barreiras e defesas; (vi) complementação do sistemas elétricos e de iluminação; recuperação, reforço e alargamento das “obras de arte” especiais, que compreende pontes, viadutos e passarelas.

Conforme contrato de concessão, a Companhia tem o dever de registrar-se como companhia de capital aberto perante a CVM. O prazo de registro estabelecido no contrato expirou em 4 de setembro de 2011. A Companhia protocolou junto à ANTT, em setembro e novembro de 2011, solicitações de prorrogação do prazo para protocolo junto à CVM. Em 14 de dezembro 2011 foi efetuado 1º protocolo de registro de companhia de capital aberto. Foram recebidas exigências levantadas pela CVM que a Companhia está atualmente trabalhando as quais deverão ser atendidas até 31 de março de 2012.

1.2 Natureza e extensão da concessão

O objeto do contrato é a concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do Sistema Rodoviário (“concessão”), no prazo e nas condições estabelecidas no contrato e segundo os parâmetros de desempenho e especificações mínimas estabelecidas no Programa de Exploração da Rodovia (“PER”). O PER abrange todas as condições, metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias e especificações mínimas que determinam as obrigações da Companhia, englobando, dentre outras coisas: (a) as obras e serviços de caráter não obrigatório, as obras e serviços de caráter obrigatório, bem como as obras condicionadas ao volume de tráfego, e (b) os parâmetros de desempenho e as especificações técnicas mínimas que exigirão intervenções da Companhia.

Integram os Bens da Concessão, cuja posse, guarda, manutenção e vigilância são de responsabilidade da Companhia: (a) o sistema rodoviário, que sofrerá alteração durante o prazo de concessão; (b) todos os bens vinculados à operação e manutenção do sistema rodoviário, transferidos à Companhia, conforme arrolados na data da assunção, e (c) os bens adquiridos, arrendados ou locados pela Companhia, ao longo do prazo de concessão, que sejam utilizados na operação e manutenção do sistema rodoviário.

A Companhia somente poderá alienar ou transferir a posse dos bens quando proceder com sua imediata substituição por outros com condições de operação e funcionamento idênticas ou superiores às dos substituídos. A partir do 24º (vigésimo quarto) ano da concessão, contando a partir da data da assunção, 20 de outubro de 2009, a Companhia não poderá alienar quaisquer bens sem a prévia e expressa autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”). Todos os bens da concessão ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela Companhia no prazo da concessão de acordo com os termos da legislação vigente, não cabendo qualquer pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no advento do termo contratual.

Em relação aos financiamentos contraídos, a Companhia é a única e exclusiva responsável pela obtenção dos financiamentos necessários à exploração da concessão, de modo a cumprir, cabal e tempestivamente, com todas as obrigações assumidas no contrato. A Companhia poderá dar em garantia as receitas de exploração do sistema rodoviário, desde que não comprometa a operacionalização e a continuidade da execução das obras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As obras e serviços de caráter obrigatório, descritos no PER, deverão estar concluídas no prazo e condições estabelecidas no contrato de concessão.

Trabalhos Iniciais (mês 1 a 6 da Concessão)

Os trabalhos iniciais incluem a limpeza geral da pista e faixas de domínio; restauração das pistas e dos acostamentos; recuperação emergencial e limpeza das drenagens; recuperação dos dispositivos de segurança existentes (defensas e barreiras); sinalização horizontal e vertical; roçada e capina; e reparos dos sistemas elétricos e de iluminação e recuperação emergencial das obras de arte. Esses serviços e obras já foram totalmente concluídos.

Sistema de Operação e Arrecadação (mês 1 a 6 da Concessão)

Referem-se as obras de construção de 7 praças de pedágio; implantação do centro de controle operacional e 15 bases operacionais; reforma de 4 postos de pesagem fixos; implantação de 4 bases para pesagem móvel; reforma de 6 postos de Polícia Rodoviária Federal; e a implantação de sistema de radiocomunicação. Também incluíam a oferta de atendimento 24 horas para o usuário: atendimento médico de emergência (15 ambulâncias), atendimento mecânico de emergência (15 guinchos leves e 5 pesados), combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio (5 carretas pipas e 3 caminhões gaiola). Abaixo está resumido o status de cada uma destas intervenções e serviços:

- As Praças de Pedágio 02 a 07 entraram em operação em dezembro de 2010 e a Praça de Pedágio 01 BR-324 entrou em operação em 31 de julho de 2011;
- CCO – Centro de Controle Operacional: concluído e em operação;
- Bases Operacionais: 15 bases concluídas e em operação;
- Postos de Pesagem Fixos: Início das obras aguardando definição técnica da ANTT;
- As Reformas dos Postos da Polícia Rodoviária Federal estão em andamento;
- Sistema de Rádio Comunicação: Concluído em 30 de outubro de 2010;
- Todos os serviços de atendimento ao usuário incluindo SAC – 0800, atendimento médico de emergência, atendimento mecânico de emergência, combate a incêndios, e apreensão de animais encontram-se implantados e operando desde abril de 2010.

Sistema de Controle de Tráfego

O Sistema de Controle de Tráfego prevê a implantação de 136 câmeras, 15 veículos de inspeção de tráfego e painéis de mensagem variável (7 móveis e 4 fixos). Os veículos de inspeção de tráfego já se encontram em operação.

Recuperação da Rodovia (mês 7 ao ano 5 da Concessão)

A Recuperação da Rodovia compreende terraplenos, reconstrução e recapeamento das pistas existentes, ampliação das drenagens, sinalização horizontal e vertical, implantação de barreiras, defensas, complementação dos sistemas elétricos e de iluminação, recuperação, reforço e alargamento das obras de arte especiais. Os projetos executivos de recuperação encontram-se aprovados desde o início das obras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ampliação de Capacidade Obrigatória (início do ano 2 ao final do ano 3 da Concessão)

Incluem a duplicação de diversos trechos de pista, que totalizam 83,7 km:

- Contorno de Feira de Santana entre a BR 116/BA Sul e BR 324/BA: 9,83 km;
- Trecho entre Feira de Santana e BA-052: 5,40 km;
- Trecho entre BA-052 e Santo Estevão: 29,98 km;
- Trecho entre Santo Estevão e BR-242/BA: 38,46 km;
- Construção de Ruas Laterais: 10 km;
- Implantação de 41 passarelas;
- Implantação de Retornos, Trevos, Interseções e Acessos.

O IBAMA emitiu em 13 de dezembro de 2011, a Licença de Instalação nº 842/2011 para início das obras de duplicação do contorno Sul de Feira de Santana, trecho compreendido entre Km 0+000 ao Km 7+500 da BR 324 e do trecho entre o Km 425+800 ao Km 495+500 da BR 116/BA localizadas nos municípios de Feira de Santana/BA, Antonio Cardozo/BA, Santo Estevão/BA e Rafael Jambeiro/BA, numa extensão de 77,2 km.

Ampliação da Capacidade, condicionadas ao volume de tráfego (a partir do início do ano 4)

O Contrato de Concessão requer que a partir do 4º ano, sejam implantadas faixas adicionais na BR-324, quando os Veículos Diários Médios ("VDM") superarem a marca de 70.000 veículos. Requer também que sejam realizadas duplicações na BR-116 a partir da BR-242, quando VDM superar 6.500 veículos.

Manutenção do Sistema Rodoviário (ano 6 ao ano 25)

Os serviços de manutenção do sistema rodoviário contemplam terraplenos e estruturas de contenção; pavimento; elementos de proteção e segurança; obras de arte especiais; drenagem e obras de arte correntes; canteiro central e faixa de domínio; sistemas elétricos e de iluminação.

Conservação de Rotina e Monitoração (mês 7 ao ano 25)

Os trabalhos de Conservação de Rotina e Monitoração já estão sendo realizados e referem-se aos serviços de limpeza da faixa de domínio; massa verde; elementos de segurança; sinalização horizontal e vertical; drenagens superficiais e profundas; acompanhamento das condições técnicas de todo o Sistema Rodoviário. Estes trabalhos vêm sendo realizados normalmente.

A ANTT realizará em até 1 (um) ano antes do encerramento do prazo da concessão, uma fiscalização detalhada específica para: (a) avaliar a condição dos bens reversíveis (bens necessários a continuidade dos serviços de concessão); (b) avaliar a condição do pavimento de cada um dos trechos do sistema rodoviário, a fim de determinar se os parâmetros de desempenho estão sendo mantidos.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário conforme termos definidos no contrato de concessão.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.3 Capital circulante

A Companhia apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 um capital circulante negativo de R\$ 499.824, devido principalmente à constituição da provisão de investimentos previstos para recuperação da rodovia no final da concessão e à dívida de empréstimo de curto prazo. A expectativa é que dois fatos revertam esta situação, produzindo capacidade econômica de realização de seus projetos:

- **Fluxo constante de receitas operacionais** - A Companhia tem, na arrecadação do pedágio, sua principal fonte de recursos, trabalhando nos três últimos anos de concessão, oferecendo ao usuário uma prestação de serviços operacionais eficientes, aperfeiçoando os sistemas de atendimento ao usuário, recuperando a malha rodoviária de sua responsabilidade e melhorando significativamente a qualidade das rodovias administradas. O efeito do investimento previsto/realizado pela Companhia refletirá diretamente no aumento do tráfego incrementando a receita operacional. A melhoria no fluxo das receitas operacionais está diretamente relacionada com o andamento de todas as obras de melhorias como: duplicação, recuperação, construção de acesso, implantação de sistemas operacionais e assim oferecendo ao usuário do sistema rodoviário administrado uma melhor prestação de serviços e uma infraestrutura rodoviária melhor.

O tráfego nas rodovias administradas é composto em sua maioria por veículos comerciais e a receita originária desta cobrança do pedágio, varia principalmente pelos tempos e estações das fases de produção econômica dos municípios baianos, escoação de safra, e circulação de mercadorias produzidas no sul do país com destino a região nordeste, etc. Considerando o exposto acima a Companhia estima para 2012 um acréscimo no faturamento operacional, pelo fato que, neste ano, a Companhia estará operando em todas as suas 7 praças de pedágio, ao contrário de 2011, em que a principal praça de pedágio PP1 entrou em operação apenas em Julho.

- **Alongamento do perfil da dívida** - Em maio de 2012, a Companhia deverá liquidar o montante de R\$ 235.969 que corresponde ao valor utilizado do empréstimo ponte de R\$ 290.000 contratado em fevereiro de 2011, liquidando a operação de curto prazo. A Companhia, buscando gerar sustentabilidade econômica ao negócio, substituirá, em 2012, o empréstimo de curto prazo por operação de longo prazo. Neste sentido a Companhia está buscando junto ao BNDES a aprovação da contratação de empréstimo de longo prazo no valor aproximado de R\$ 1.300.000. Este financiamento será necessário para realização de obras previstas e provisionadas para os próximos anos de concessão. Sendo aprovado, a primeira liberação é prevista para maio de 2012, no montante total aproximado de R\$ 320.000, e deverá ter carência de 2 anos. O custo estimado da operação é de 11% a.a. O modelo financeiro aprovado pelo BNDES, ainda prevê a liberação de outra tranche no valor aproximado de R\$ 130.000 em 2012, totalizando uma captação estimada em aproximadamente R\$ 450.000 em 2012.

Em adição, em 26 de dezembro de 2011 a Companhia contratou, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A.- BNB, uma linha de crédito de longo prazo no valor de R\$ 358 milhões com vencimento em 26 de dezembro de 2027. Deste valor 127 milhões estão previstos para desembolso em 2012.

1.4 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2012.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) que são mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos desta categoria são classificados no ativo circulante.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (classificado no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, os adiantamentos a fornecedores, outros ativos e caixa e equivalentes de caixa.

2.3.2 Perda (impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos (*impairment*) são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros quanto para os não financeiros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O detalhamento encontra-se na Nota 8. A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos especulativos e não realiza operações de hedge.

2.4 Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. São reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva e juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou "impairment").

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de cobertura do seguro.

2.6 Demais ativos circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O imobilizado é composto por imobilizações próprias, tais como, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, computadores periféricos e benfeitorias em propriedades de terceiros (escritório da administração).

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 13.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

2.8 Intangível

(a) Construção da infraestrutura

Os ativos construídos em decorrência do contrato de concessão são reconhecidos como ativo intangível e mensurados inicialmente pelo valor justo.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que podem vir a afetar os saldos registrados, especialmente no que se refere a definição da margem dos serviços de construção.

Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de itens da infraestrutura.

A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Intangível em formação corresponde aos custos incorridos e capitalizados que estão diretamente relacionados com as atividades de construção da infraestrutura objeto da concessão das rodovias. Adicionalmente, os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia também são capitalizados à medida em que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação da infraestrutura da concessão.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 12. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.12 Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

2.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.14 Reconhecimento de receita

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas relacionadas aos serviços de construção ou de melhoria determinados no contrato de concessão são reconhecidas ao valor justo com base no estágio de conclusão das obras realizadas.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na apuração do valor justo da receita de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 6% de margem de lucro, conforme demonstrado na Nota 22.

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.15 Apresentações de informação por segmentos

A Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas demonstrações financeiras, sendo as informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Diretoria Executiva, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.16 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou outras interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na expectativa histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Determinação das receitas de construção

Na apuração do valor justo da receita de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, considerando margem de lucro, conforme descrito na Nota 22.

(b) Ativos intangíveis - ICPC 01

A Companhia registra ativos intangíveis decorrentes de contrato de concessão de acordo com o ICPC 01, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com a vida útil do contrato. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeitos a premissas e estimativas, e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil dos ativos intangíveis também requer um significativo nível de premissas e estimativas. O uso de diferentes premissas e estimativas e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

(c) Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

O contrato de concessão determina que a Companhia realize investimentos em ampliação e renovação da rodovia, tendo sido registrada provisão referente ao valor orçado desse montante, ajustado a valor presente, à taxa de 3,43% a.a. (média ponderada do custo de captação da Companhia). A contabilização desta provisão deu-se no primeiro trimestre de 2011, uma vez que em dezembro de 2010 a Companhia estava em fase inicial das suas atividades e ainda incipiente, tendo sido o início efetivo das suas operações no primeiro trimestre de 2011. A apropriação desses saldos a resultado, durante o período da concessão, será realizada em bases mensais conforme fluxo estimado de veículos.

(d) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, em virtude de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de gestão de caixa acima mencionadas.

Os planos da Companhia sobre o alongamento do perfil da dívida estão descritos na Nota 1.3.

(d) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para suas operações de empréstimos e financiamentos (Nota 15) e aplicações financeiras (Nota 7), e dessa forma seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desse indexador financeiro.

(e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha tais como Banco do Brasil, Bradesco, Banco Safra e Banco do Nordeste.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos usuais de mercado, relacionado as variações do CDI, relativos as aplicações financeiras e da TJLP para seus empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2011, a administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos em 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos das aplicações financeiras.

Operação	Risco	Cenários		
		Provável I	Provável II	Provável III
			25%	50%
Aplicações financeiras	Alta do CDI	42.215	52.768	63.322
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	244.307	303.766	362.617

4.1 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras empresas do setor, a administração da Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2011, a Companhia aumentou seu índice de endividamento, comparado com 2010, por meio da liberação de parcelas de empréstimos para honrar seus compromissos assumidos no contrato de concessão referentes às obras de infraestrutura. Atualmente a dívida da Companhia está concentrada no circulante, tendo em vista a obtenção de recursos junto ao BNDES (Nota 15), cuja liberação só ocorreu em fevereiro de 2011, e que foi utilizado para a liquidação das linhas de crédito adquiridas no início de 2010.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de endividamento nos exercícios findos em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Total dos empréstimos (Nota 15)	254.287	140.209
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(47.151)</u>	<u>(20.543)</u>
Dívida líquida	<u>207.136</u>	<u>119.666</u>
Total do patrimônio líquido	<u>111.159</u>	<u>100.377</u>
Total do capital	<u>318.295</u>	<u>220.043</u>
Índice de alavancagem financeira - %	65	54

4.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

5 Instrumentos Financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia possuía instrumentos financeiros classificados na categoria empréstimos e recebíveis e valor justo por meio do resultado e outros passivos, descritos como segue:

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ao valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários		73
		<u>73</u>
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	47.151	20.543
Contas a receber	8.320	3.653
Adiantamentos	117	216
	<u>55.588</u>	<u>24.412</u>
Outros passivos		
Fornecedores	(11.321)	(16.597)
Empréstimos e financiamentos	(254.287)	(140.209)
	<u>(265.608)</u>	<u>(156.806)</u>

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Conforme mencionado na Nota 4 (e), a Companhia opera com instituições financeiras consideradas pela administração de primeira linha, sendo estas instituições o Banco do Brasil, Bradesco, Banco Safra e Banco do Nordeste.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa e bancos	931	17.173
Aplicações financeiras	46.220	3.370
	<u>47.151</u>	<u>20.543</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificado de Depósito Bancário (CDB), com liquidez diária, com rendimentos de 100% a 104% do CDI.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui Instrumento Particular de contrato de assunção recíproca de obrigações para proteção contra riscos financeiros com o Banco Safra. Em relação aos índices e taxas, o índice sobre a parcela destacada do banco é 129% CDI e o índice sobre a parcela destacada do cliente é a variação cambial + 6,5179%. Os índices e taxas serão aplicados sobre a parcela destacada, do início até o término do período de vigência que é de 13 de junho de 2011 a 03 de junho de 2013.

Os valores de referência do contrato de *swap* de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2011, corresponde a R\$ 2.765, registrado na rubrica Outros créditos e valores no realizável a longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2011, as taxas de juros fixas variaram entre 6,9% e 7,4% (2010 - 6,7% a 7,2%), e as principais taxas variáveis são Euribor e LIBOR. Ganhos e perdas reconhecidos como reserva de *hedge* no patrimônio líquido (Nota 26), referentes a contratos de *swap* de taxas de juros, em 31 de dezembro de 2011, serão continuamente liberados para o resultado até a amortização dos empréstimos bancários (Nota 15).

9 Contas a receber

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Numerário em trânsito	1.194	806
Cartão de crédito - Visa Vale Pedágio	75	109
DBTRANS - Vale pedágio	686	298
Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.(CGMP) - Sem parar (i)	6.365	2.436
Receitas Acessórias		<u>4</u>
	<u>8.320</u>	<u>3.653</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou valores a receber do Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. ("CGMP") no montante de R\$ 6.365, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". A CGMP é uma empresa privada na qual a Viabahia possui contrato de prestação de serviços, tendo como objeto a constituição, implantação e administração do sistema "Sem Parar", sendo que o valor é repassado para Companhia após trinta dias a contar da transmissão dos dados da Companhia para CGMP. A taxa de administração cobrada à Companhia varia de 0,37% a 0,52% sobre o valor das transações.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Despesas antecipadas

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custos de empréstimos (i)	1.792	2.018
Seguros relacionados a:		
Riscos de engenharia	194	122
Responsabilidade civil	275	266
Riscos nomeados e operacionais	545	602
Garantia de execução da obra	595	660
Outras despesas	<u>13</u>	<u>18</u>
	<u>3.414</u>	<u>3.686</u>

- (i) Refere-se a adiantamento efetuado em 2010, relacionado com a transação de captação dos empréstimos junto ao Banco do Nordeste, cuja liberação está prevista para 2012. Tal valor será considerado com parte do custo da captação do empréstimo e será transferido para o passivo quando da liberação do recurso de forma a ajustar a taxa efetiva desse empréstimo.

As demais despesas antecipadas correspondem substancialmente às despesas com seguros (Nota 30) que a Companhia contratou durante o exercício, e que possuem prazo de cobertura de até 12 meses.

11 Tributos a recuperar

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	12	1.272
ISS a recuperar	<u>1</u>	<u>2</u>
	<u>13</u>	<u>1.274</u>

Os saldos do imposto de renda sobre aplicações financeiras de 2010, foi compensado com o IRPJ a pagar no exercício de 2011 enquanto que o imposto retido em 2011 foi compensado dentro do próprio exercício ficando apenas um saldo de R\$ 12.

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Intangível

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Outros gastos infraestrutura	Softwares	Marcas e Patentes	Intangível em formação	Total
Em 31 de dezembro de 2010								
Saldo inicial								
Aquisições				1.575	488	7	2.430	4.500
Transferência	91.692	1.480	41.524	28.033	152		228.007	228.159
Baixa							(162.729)	
Amortização	(154)	(1)	(35)		(126)	(7)		(7)
Saldo contábil, líquido	91.538	1.479	41.489	29.608	514		67.708	232.336
Em 31 de dezembro de 2010								
Custo total	91.692	1.480	41.524	29.608	676		67.708	232.688
Amortização acumulada	(154)	(1)	(35)		(162)			(352)
Valor residual	91.538	1.479	41.489	29.608	514		67.708	232.336
Em 31 de dezembro de 2011								
Aquisições	638.986	1.384	14.609		278		83.071	738.328
Transferência	12.164	12.899	64.859		2		(89.924)	
Baixa	(54.424)						(24)	(54.448)
Amortização	(9.455)	(77)	(1.179)	(454)	(173)			(11.338)
Saldo contábil, líquido	678.809	15.685	119.778	29.154	621		60.831	904.878

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Intangível – Construção da Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de realização dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os bens classificados em recuperação correspondem a pistas, acostamentos e acessos, canteiro central e faixa de domínio, as obras de artes especiais, recuperação dos sistemas de iluminação e instalação elétrica, terraplanagem e estruturas de contenção, drenagem, obras de artes correntes, edificações e construções administrativas, indenizações de benfeitorias e desapropriações e outras recuperações iniciais da rodovia.

Operação compreende implantação do sistema de controle de trânsito, implantação do sistema de arrecadação de pedágio, implantação do sistema eletrônico de pesagem, implantação do sistema de atendimento ao usuário, implantação do sistema de telefonia e radiocomunicação entre outras implantações para operação da rodovia.

Os melhoramentos incluem obras especiais e programas de expansão, estruturas de contenção, edificações, operação e controle, melhoramentos nos sistemas de iluminação e instalações elétricas, duplicação de pista, implantação do sistema de monitoração, sinalização e outras immobilizações para melhoramentos.

Outros gastos correspondem aos custos iniciais de infraestrutura para viabilizar o início da cobrança dos pedágios.

(ii) Intangível em formação

Intangível em formação corresponde, basicamente, aos investimentos iniciais e aos custos diretamente relacionados à construção da infraestrutura, objeto da concessão. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia capitalizou como custo da construção parte dos custos com juros sobre empréstimos destinados aos investimentos iniciais e à construção da infraestrutura, no montante de R\$ 2.665 (2010 – R\$ 7.492) (Nota 15).

Todo o intangível em andamento referente a recuperação, operação e melhoramento que ainda não foi concluído está apresentado no grupo do intangível em formação.

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13	Imobilizado	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Outras imobilizações	Total
	Em 31 de dezembro de 2010							
	Custo total	118	529	1.363	615	449	93	3.167
	Depreciação acumulada	(118)	(22)	(186)	(29)	(13)	(8)	(376)
	Valor residual		507	1.177	586	436	85	2.791
	Aquisições	274	496	255	714	30	61	1.830
	Baixas	(1)	(45)	(40)	(48)	(479)		(613)
	Transferência	(12)			12			
	Depreciação / Amortização	(75)	(81)	(300)	(102)	13	(13)	(558)
	Em 31 de dezembro de 2011	186	877	1.092	1.162		133	3.450
	Taxas médias anuais de depreciação-%	10	10	20	10	20	10	

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Fornecedores

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contas a pagar aos fornecedores (i)	7.790	13.631
Cauções contratuais (ii)	<u>3.531</u>	<u>2.966</u>
	<u>11.321</u>	<u>16.597</u>

- (i) Refere-se principalmente a fornecedores de serviços administrativos e valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de recuperação, melhorias, manutenção e conservação.
- (ii) Trata-se de garantia contratual estabelecida com os prestadores de serviços, destinadas a suprir eventuais inadimplências contratuais, fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

15 Empréstimos e financiamentos

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Empréstimos em moeda nacional		
Bes Investimento do Brasil S.A.		50.005
Banco Standard de Investimentos S.A.		39.975
Banco ABC Brasil S.A.		20.100
Banco Fibra S.A.		10.018
Banco Nacional de Desenvolvimento Social-BNDES	<u>229.099</u>	
	<u>229.099</u>	<u>120.098</u>
Empréstimos em moeda estrangeira		
Banco Safra	<u>25.188</u>	<u>20.111</u>
Total de empréstimos	254.287	140.209
Passivo circulante	<u>(229.099)</u>	<u>(140.209)</u>
Passivo não circulante	<u>25.188</u>	

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía empréstimos junto ao Banco Bes Investimento do Brasil S.A., Banco Standard de Investimentos S.A., Banco ABC S.A. e Banco Fibra S.A. nos montantes de R\$ 50.005, R\$ 39.975, R\$ 20.100 e R\$ 10.018, respectivamente. Os referidos empréstimos possuíam correção atrelada a variação de 100% do CDI e taxas de juros que variavam de 4,3% a.a. a 6,55% a.a. Em 25 de fevereiro de 2011, os referidos empréstimos foram liquidados por meio de parte dos recursos obtidos com a captação junto ao BNDES.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia contratou este financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que foi assinado no final de exercício de 2010, no montante total de R\$ 290.000. O vencimento se dará 18 meses após a assinatura do contrato, com correção pela TJLP + 2,8% a.a. Já foi liberado o montante de 228.873.

A Companhia possui também empréstimo junto ao Banco Safra S.A., no montante nominal de R\$ 20.000, cuja correção está atrelada à variação de 129% do CDI mais taxa de juros de 6,52% a.a., com vencimento em 3 de junho de 2013.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia capitalizou parte das despesas financeiras com juros incorridas sobre os empréstimos em moeda estrangeira destinados à formação da infraestrutura das rodovias, no montante de R\$ 2.665 (2010 – R\$ 7.492) (Nota 12).

16 Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

A provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia é calculada com base no plano de negócios da Companhia, considerando estimativa dos investimentos a serem incorridos nos próximos dois anos. Os recursos serão investidos em obras de melhorias e ampliações, edificações, equipamentos e sistemas de operação, desapropriações, projetos de duplicações e implantação de passarelas.

A Companhia reconheceu provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia que deverão ser realizadas antes de devolvê-la ao poder concedente, ao final do contrato de concessão. A provisão e a infraestrutura foram constituídas considerando os investimentos previstos no contrato de concessão, descontados a valor presente por uma taxa média de 3,43% a.a. (que corresponde a média ponderada do custo de capital da Companhia, líquida dos efeitos inflacionários) e apropriados considerando o prazo de conclusão das obras.

Seguem abaixo os valores estimados referentes aos investimentos em infraestrutura da rodovia:

	<u>2011</u>
Em 31 de dezembro de 2010	
Constituição da provisão no 1º trimestre de 2011	253.595
Acréscimo da provisão - início da P1 (i)	85.961
Revisão orçamentária - complemento da provisão (ii)	286.684
Reversão do ajuste a valor presente	14.581
Gastos realizados	<u>(54.416)</u>
Total	586.405
Passivo circulante	<u>(307.708)</u>
Passivo não circulante	<u>278.697</u>

(i) Em agosto de 2011 a Companhia iniciou as atividades da praça de pedágio 1 (“P1”).

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) No último trimestre de 2011, após revisão do orçamento relacionado com itens de recuperação da rodovia e equipamentos de sistema de operação, foi agregado à provisão dos investimentos o montante de R\$ 274.633. Esta alteração, em linha com o item 32 do CPC 23, foi considerada como uma mudança de estimativa contábil e sua contrapartida foi reconhecida no ativo intangível.

17 Tributos a recolher

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Tributos Federais		
PIS/COFINS/CSLL de terceiros	67	1.142
Imposto de renda de terceiros	158	474
Cofins	520	272
INSS terceiros	285	142
Pis	113	59
CSLL terceiros	<u>70</u>	<u>15</u>
	<u>1.213</u>	<u>2.104</u>
Tributos Municipais		
ISS sobre faturamento	867	445
ISS terceiros	<u>617</u>	<u>856</u>
	<u>1.484</u>	<u>1.301</u>
	<u><u>2.697</u></u>	<u><u>3.405</u></u>

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	21.076	3.312
Ajustes:		
Adições e exclusões temporárias, líquido (i)	7.260	(3.133)
Adições permanentes	980	70
Exclusões	(106)	
Lucro Real	<u>29.210</u>	<u>249</u>
Alíquota do imposto de renda	15%	15%
Alíquota do imposto de renda adicional-Parcela a deduzir de 20.000 por mês	10%	10%
Alíquota da Contribuição Social	<u>9%</u>	<u>9%</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado – corrente	<u>9.906</u>	<u>85</u>

- (i) Refere-se, substancialmente, aos ajustes oriundos da adoção dos novos CPCs, considerando o Regime Transitório de Transição. Tais ajustes compreendem a receita e custos da construção da infraestrutura, bem como despesas incorridas diretamente relacionadas com a concessão.

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referente aos exercícios findos em 31 de dezembro é como segue:

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nos efeitos fiscais do balanço da Companhia.

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Diferenças Temporárias:		
Adições :		
Ajuste encargos financeiros - apropriação AVP	14.581	
Amortização da provisão de investimento	5.354	55
Amortização das despesas pré-operacionais 2010	324	15.934
Amortização das despesas pré-operacionais 2009		5.905
Provisão Participação nos Resultados	416	
Exclusões:		
Provisão receita e custo construção	(6.283)	(11.573)
Provisão receita e custo construção 2009		(138)
Ajuste encargos financeiros - capitalização juros	(2.665)	(7.487)
Despesas pré-operacionais a amortizar	(4.412)	
Estorno provisão de gastos para recuperação-ano 2010	(64)	
Base de cálculo	7.251	2.696
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social no resultado – diferidos	<u>2.465</u>	<u>917</u>
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Movimentação dos tributos diferidos:		
Saldo inicial	917	
Constituição	<u>2.465</u>	<u>917</u>
Saldo final	<u>3.382</u>	<u>917</u>

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

19 Verba de fiscalização

Conforme estabelecido no contrato de concessão a Companhia deverá recolher à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, a verba de fiscalização que se destina à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual da verba de fiscalização em 2011 foi de R\$ 4.011 (2010 – R\$ 4.005), devendo ser recolhida mensalmente no montante de R\$ 353 (2010 - R\$ 334). A verba de fiscalização é reajustada anualmente, na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Capital social e reservas

(a) Capital

O capital autorizado está representado por 102.000.000 ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 cada, assim distribuídos:

Acionistas	Em milhares de ações			
	2011		2010	
	Ações ordinárias			
	Única	%	Única	%
Isolux Corsán Participações na Viabahia Ltda.	56.100	55		
Isolux Corsán Concesiones S.A.			56.100	55
Infravix Participações Ltda.	22.440	22		
Engevix Engenharia S.A.			22.440	22
Encalso Construções Ltda.	23.460	23	23.460	23
	<u>102.000</u>	<u>100</u>	<u>102.000</u>	<u>100</u>

Em 30 de julho de 2010, a AGE aprovou o aumento do capital da Companhia, mediante a emissão de 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas em dinheiro pelas acionistas Engevix Engenharia S.A., Isolux Corsán Concesiones S.A e Encalso Construções Ltda., passando de R\$ 52.000 para R\$ 102.000.

Conforme livro registro de transferência de ações, em 26 de maio de 2011, as ações da Companhia foram transferidas da Isolux Corsán Concesiones S.A para a Isolux Corsán Participações na Viabahia Ltda. e da Engevix Engenharia S.A para a Infravix Participações Ltda.

A Companhia não poderá, durante o prazo da Concessão, reduzir o seu capital social abaixo do valor mínimo de R\$ 52.000 sem prévia autorização expressa da ANTT.

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em 2010 não houve constituição de reserva legal tendo em vista que o lucro líquido obtido em 2010 foi integralmente absorvido por prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

Em conformidade ao Estatuto Social da Companhia, e observando as diretrizes da legislação societária vigente, foi destinado 5% do lucro líquido para formação da Reserva Legal no exercício de 2011.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reserva retenção de lucros

A Companhia destinou R\$ 8.558 para formação de reserva de lucros para investimentos, a qual foi constituída de acordo com o artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76, para atender projeto de investimentos. Esta reserva foi devidamente aprovada pela AGO com a finalidade de fazer frente aos gastos e investimentos programados a serem incorridos pela Companhia na exploração de seu objeto social ao longo dos próximos exercícios, conforme os termos constantes no Orçamento de Capital neste ato também aprovado pelos Acionistas.

(d) Dividendos propostos

Em 31 de dezembro de 2011, a administração deliberou sobre a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, tendo em vista que a Companhia apurou lucro no exercício atual (Nota 28).

21 Lucros Acumulados

Em 1º de janeiro de 2010

Lucro do exercício

4.144

Absorção dos prejuízos acumulados

(5.767)

Em 31 de dezembro de 2010

(1.623)

Em 1º de janeiro de 2011

Lucro do exercício

13.635

Absorção dos prejuízos acumulados

(1.623)

Lucro líquido ajustado

12.012

Dividendo mínimo obrigatório 2011

(2.853)

Transferência para reserva legal

(601)

Transferência para reserva retenção de lucros

(8.558)

Em 31 de dezembro de 2011

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Receita

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas de pedágio		
Receitas em numerário (ii)	95.965	5.745
Receitas de Automatic Vehicle Identification ("AVI") - Sem Parar (iii)	52.868	2.460
Receitas de vale pedágio (iv)	7.317	299
Receitas de cartão de crédito (iv)	12.126	561
Total	<u>168.276</u>	<u>9.065</u>
Receitas acessórias		
Adutoras	17	
Redes de esgotamento sanitário	27	
Redes de energia elétrica	3	
Publicidade	29	
Distribuição de prospecto	5	
Tarifas de exame de projetos	8	10
Total	<u>89</u>	<u>10</u>
Receitas de construção		
Obra de infraestrutura	111.000	209.654
Tributos sobre serviços da operação	(14.572)	(776)
	<u>264.793</u>	<u>217.953</u>

Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 6% de margem, que reflete a melhor estimativa da movimentação do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), conforme demonstrado a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita de obra de infraestrutura (i)	111.000	209.654
Custos de construção	(104.717)	(198.211)
	<u>6.283</u>	<u>11.443</u>

- (i) A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, um montante de R\$ 111.000 (2010 - R\$ 209.654) como receita de obras de infraestrutura, nos termos da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.
- (ii) Provenientes de recebimentos em dinheiro e cheques aguardando para serem depositados.

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada (CGMP).
- (iv) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS – Soluções tecnológicas e de meios de pagamento).

23 Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são sumariados e apresentados com a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Custos de manutenção</u>		
Custos com pessoal	(2.958)	
Serviços de terceiros	(19.366)	
Material, equipamentos e veículos	(2.059)	
Gastos com aluguéis	(13)	
Gastos com viagens	(34)	
Outros gastos manutenção	(97)	
	<u>(24.527)</u>	
<u>Custos de operação</u>		
Gastos com pessoal	(20.424)	(1.567)
Serviços de terceiros	(17.345)	(2.412)
Material, equipamentos e veículos	(8.909)	(1.044)
Gastos com aluguéis	(377)	(35)
Gastos com viagens	(186)	(41)
Outros gastos operação	(2.130)	(182)
Depreciação e amortização	(11.178)	(199)
	<u>(60.549)</u>	<u>(5.480)</u>
<u>Custos de monitoração</u>		
Serviços de terceiros	(1.042)	
	<u>(1.042)</u>	
<u>Custos associados a receitas acessórias</u>	(8)	
Tarifa de exame de projetos	(8)	
<u>Custos de construção</u>		
Custos dos serviços de construção	(104.717)	(198.211)
Total	<u>(190.843)</u>	<u>(203.691)</u>

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Despesas gerais e administrativas

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Despesas com pessoal	(1.070)	(672)
Seguros	(2.344)	(179)
Serviços de terceiros (i)	(3.002)	(2.884)
Verba de fiscalização (Nota 19)	(4.011)	(334)
Recursos para aparelhamento polícia federal	(610)	
Gastos com viagens	(582)	(552)
Arrendamentos e aluguéis	(587)	(388)
Editais e publicações	(165)	(259)
Material, equipamentos e veículos	(1.108)	(995)
Propaganda e publicidade	(685)	(170)
Depreciação e amortização	(746)	(474)
Despesas com tributos	(206)	(929)
Outros gastos operação e manutenção	(2.255)	(919)
	<u>(17.371)</u>	<u>(8.755)</u>

- (i) Refere-se a serviços de auditoria, consultoria jurídica, consultoria financeira, consultoria de gestão empresarial e de pessoal, consultoria de recursos humanos, consultoria de informática, serviços de limpeza, transportes e demais serviços de pessoa jurídica e pessoa física.

25 Partes relacionadas

	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>
	<u>Passivo circulante</u>		<u>Transações</u>		
	<u>Fornecedores</u>		<u>Serviços Prestados</u>		<u>Dividendos</u>
Encalso Construções Ltda.		1.146		6.396	656
Engevix Engenharia S.A.		1.420	8.367	10.338	
Isolux Corsan Participações na Viabahia Ltda.					1.569
Infravix participações Ltda.					628
		<u>2.566</u>	<u>8.367</u>	<u>16.734</u>	<u>2.853</u>

A Companhia possuía até 2010, contrato com o consórcio construtor Rodobahia, formados pelas consorciadas Isolux Projetos e Instalações, Engevix Engenharia S.A e Encalso Construções Ltda., referente contratação de empreitada a preço global para execução integral das obras e serviços correspondentes aos trabalhos iniciais, recuperação e obras de melhoria e ampliação, edificações operacionais conforme os termos previstos no contrato de concessão e no PER.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, a Companhia possui contrato de prestação de serviços com a Engevix Engenharia S.A, que tem como objeto a consultoria especializada para supervisão e fiscalização das obras de implantação de infraestrutura operacional rodoviária, prestação de serviços de fiscalização e supervisão das 15 bases operacionais, 7 praças de pedágio, 4 postos de pesagem fixos e móveis e reforma de 6 postos da PRF-Polícia Rodoviária Federal.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Salários e encargos	979	505
Honorários de diretoria	129	131
Outros	91	36
	<u>1.199</u>	<u>672</u>

26 Resultado financeiro, líquido

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros sobre financiamento	(19.436)	(640)
Juros sobre debêntures		(10.960)
Comissões debêntures		(1.870)
Capitalização juros	2.665	7.492
Comissões sobre empréstimos	(4.649)	(51)
Apropriação de ajuste a valor presente sobre provisão investimentos	(14.581)	
Variações cambiais	(6.204)	
Despesas bancárias	(84)	(15)
Despesas corretagem	(80)	(80)
Encargos debêntures	(6)	(43)
Outras	(392)	(12)
	(42.767)	(6.179)
<u>Receitas Financeiras</u>		
Rendimentos de aplicação financeira	1.902	4.108
Variações cambiais	2.665	
Ganho com operações com instrumento financeiro (Swap)	2.765	
Outros	61	7
	<u>7.393</u>	<u>4.115</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(35.374)</u>	<u>(2.064)</u>

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos períodos apresentados.

Em 31 de dezembro de 2011 as ações da Companhia não possuíam efeito dilutivo.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	13.635	4.144
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>102.000</u>	<u>73.233</u>
Lucro básico e diluído por ação	<u>0,13</u>	<u>0,06</u>

28 Dividendos

	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	13.635
Absorção do prejuízo acumulado de anos anteriores	(1.623)
Lucro líquido ajustado	12.012
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(601)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>11.411</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(2.853)
Reserva de retenção de lucros	<u>8.558</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	21%

Os dividendos demonstrados foram reconhecidos considerando o estatuto social da Companhia que prevê a adoção dos dividendos mínimos obrigatórios de acordo com o art.202 da legislação societária.

29 Contingências

A Companhia é ré em processos de natureza cível e trabalhista em andamento, oriundos do curso normal de suas atividades, classificados como de risco possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos e para os quais não há provisão constituída. Não há processos classificados como de probabilidade de perda provável para a Companhia em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Tais processos representam os montantes de R\$ 2.020, R\$ 214, respectivamente em 31 de dezembro de 2011.

Em 2011, o Ministério Público Federal da Bahia ingressou com uma ação civil pública contra a Companhia, através do processo número 0006049-88.2011.4.01.3304, tendo como objeto a não conclusão dos serviços previstos para os trabalhos iniciais. A Companhia atendeu a todas as exigências requeridas pela ação (prazos, tempos de vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos). A Companhia, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, estima que esta ação possua probabilidade de perda remota.

30 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2011, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Riscos	Vigência até	Importâncias seguradas
Riscos de engenharia	30 de setembro de 2012	252.493
Responsabilidade civil	30 de setembro de 2012	18.000
Responsabilidade civil	13 de abril de 2012	10.000
Responsabilidade civil	06 de maio de 2012	2.000
Riscos nomeados e operacionais	30 de setembro de 2012	17.500
Garantia de execução da obra	19 de outubro de 2012	154.216

De acordo com o Contrato de Concessão, durante o prazo do contrato, a Companhia deverá contratar e manter em vigor os seguintes seguros:

- Seguros contra danos materiais - cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da concessão.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes das atividades abrangidas pela concessão.
- Garantia de execução - seguro que a Companhia deverá manter em favor da ANTT como garantia do fiel cumprimento das obrigações.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Eventos subsequentes

- (a) Em janeiro de 2012, a Companhia captou o valor de R\$ 6.869 da linha de crédito existente com o BNDES. O custo da operação foi de 8,8% a.a e o vencimento será em 15 de Maio de 2012. A Companhia estima que não utilizará o saldo remanescente da linha crédito no valor de aproximadamente R\$ 54 milhões, em função da contratação do financiamento de longo prazo com o BNDES.
- (b) Em fevereiro de 2012 foi aprovado pelo comitê de enquadramento do BNDES a operação de longo prazo no valor de R\$ 1.094.400. Em março 2012, a Companhia solicitou o incremento de R\$ 227.200, o que totalizará um financiamento de R\$ 1.321.600. A solicitação de incremento foi previamente aprovada pelo BNDES. Em março de 2012 esta operação deverá ser apreciada pela diretoria do banco com previsão de assinatura em maio 2012.

*

*

*